

A. I. N° - 232893.0717/04-0
AUTUADO - MCSG MANUTENÇÃO COM. E SERVIÇOS LTDA.
AUTUANTES - MARIA ROSALVA TELES E JOSÉ SILVIO DE OLIVEIRA PINTO
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 29.11.04

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0458-03/04

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. OPERAÇÃO INTERESTADUAL PRATICADA POR CONTRIBUINTE COM INSCRIÇÃO CADASTRAL CANCELADA. TRÂNSITO DE MERCADORIA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO POR ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. O tratamento previsto para os contribuintes com inscrição cancelada é o mesmo que se atribui a contribuinte sem inscrição, ou a mercadoria sem destinatário certo, por isso, é devido o imposto por antecipação. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração modelo 4, lavrado em 19/07/2004, refere-se à exigência de R\$622,08 de ICMS, acrescido da multa de 60%, tendo em vista que foi constatada a falta de recolhimento do imposto na primeira repartição da fronteira, referente às aquisições interestaduais de mercadorias por contribuinte com inscrição estadual cancelada.

O autuado alegou em sua defesa à fl. 15 dos autos, que a sua inscrição foi efetivamente cancelada em data anterior à da autuação em decorrência de débito de ICMS/SIMBAHIA, mas, em 15/07/2004, procurou a Secretaria da Fazenda para solucionar a citada pendência, e a reinclusão somente foi realizada na data de lavratura do Auto de Infração, quando da negociação junto à Coordenação da Inspetoria Fiscal. Solicitou especial atenção e compreensão, levando em consideração que o pedido de reinclusão ficou na Inspetoria e, talvez, por excesso de processo, ou qualquer outra situação, houve demora no procedimento.

A informação fiscal foi prestada às fls. 19/20, pela Auditora Rossana Araripe Lindode, com base no art. 127, § 2º do RPAF/99, que opinou pela procedência da autuação, dizendo que o contribuinte foi intimado para cancelamento em 08/06/2004 e efetivamente cancelado em 30/06/2004, conforme editais de números 23/2004 e 18/2004, pelo motivo descrito no art. 171, inciso IX, do RICMS/97, que se refere à falta de atendimento a intimações referentes a programações fiscais específicas (documento à fl. 09). Ressaltou que em decorrência da situação cadastral irregular, o autuado estava impedido de praticar atos de comércio, e tendo sido flagrado comercializando com inscrição cancelada, obriga-se a recolher de imediato o ICMS correspondente. Observou ainda que não foi comprovado que o contribuinte solicitou reinclusão de sua inscrição estadual antes da lavratura do Auto de Infração, e o simples pedido não tem o condão de regularizar a situação cadastral, podendo ser ou não deferido. Por fim, opinou pela procedência do Auto de Infração em lide.

VOTO

Da análise acerca das peças e comprovações que compõem o processo, constata-se que a mercadoria foi apreendida porque a inscrição estadual do estabelecimento destinatário encontrava-se cancelada, conforme Termo de Apreensão e Ocorrências à fl. 05 dos autos.

Observo que as mercadorias têm como remetente empresa situada no Estado de São Paulo, estavam acobertadas pela Nota Fiscal de número 039865, emitida em 14/07/2004 (fl. 08), e se destinavam ao autuado, cuja inscrição estadual efetivamente encontrava-se cancelada na data de emissão do documento fiscal, conforme extrato INC à fl. 09, pelo motivo descrito no art. 171, inciso IX, do RICMS/97 (falta de atendimento a intimações referentes a programações fiscais) fato reconhecido pelo autuado nas razões de defesa.

O cancelamento da inscrição estadual do contribuinte implica não ser o estabelecimento considerado inscrito enquanto persistir a pendência. Por isso, o tratamento previsto para os contribuintes com inscrição cancelada é o mesmo que se atribui a contribuinte sem inscrição, ou a mercadoria sem destinatário certo. Assim, a legislação estabelece que no primeiro posto fiscal de fronteira deveria o contribuinte efetuar o pagamento do imposto.

De acordo com as alegações defensivas, o autuado procurou a repartição fiscal em 15/07/2004, data posterior à de emissão do documento fiscal, ficando portanto, caracterizado que houve aquisição da mercadoria quando sua inscrição estadual encontrava-se cancelada. E no caso do requerimento de reinclusão, cadastrado na repartição fiscal, conforme também alegado na defesa, o autuado deveria aguardar o deferimento de seu pedido para realizar quaisquer operações.

Assim, entendo que está caracterizada a infração apurada, portanto, é devido o imposto exigido, conforme demonstrativo de débito elaborado pelo autuante, à fl. 04 dos autos, com a multa aplicada de 60%, de acordo com o art. 42, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 7.014/96, por não ter sido comprovado que houve dolo.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **232893.0717/04-0**, lavrado contra **MCSG MANUTENÇÃO COM. E SERVIÇOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$622,08**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de novembro de 2004.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - RELATOR

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - JULGADOR